

# **Estudo Técnico Preliminar 1/2022**

## **1. Informações Básicas**

Número do processo: 23343.000104.2022-52

## **2. Descrição da necessidade**

**O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS possui atualmente oito campi distribuídos nos municípios de Incon**

**A efetivação das políticas de inclusão e a oferta de vagas reservadas para pessoas com deficiência, faz com que, a cada ano, haja crescimento significativo no número de estudantes, com as mais variadas necessidades especiais, matriculados nos nossos cursos de nível técnico e superior, sendo que esse aumento de demanda fez com que chegássemos, em 2021 ao número aproximado de 114 estudantes que necessitam de Profissionais de Apoio e/ou de Profissionais de Atendimento Educacional Especializado para que possam prosseguir, com êxito, em sua caminhada acadêmica e alcançar a formação almejada.**

**Dentre os casos de estudantes que necessitam de apoio do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, podemos citar: estudantes com autismo, deficiência intelectual, dislexia, transtorno de déficit de atenção acompanhado ou não de hiperatividade, retardo mental moderado, distúrbios da atividade e da atenção, microcefalia, baixa visão, paralisia cerebral, deficiência auditiva, discalculia, esquizofrenia desorganizada, epilepsia, deficiência visual, síndrome de Down, síndrome de Marfan, síndrome de Asperger.**

**Para o atendimento desses estudantes é necessário que os campi do IFSULDEMINAS disponham de pessoal capacitado, com formação específica que lhes permita atender às demandas pedagógicas e pessoais de cada estudante, propiciando o melhor acompanhamento possível, com vistas a uma trajetória que seja proveitosa para o estudante e que auxilie no desenvolvimento de todas as suas potencialidades. Para tanto, a legislação é clara quanto aos direitos das Pessoas com Deficiência.**

**Atualmente, o atendimento desses 114 estudantes que demandam atendimento especializado tem sido realizado, nos campi, pelos profissionais que atuam diretamente no Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, pelos profissionais da equipe multidisciplinar (pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, tradutores/intérpretes de Libras, equipes de saúde, etc.) e por docentes que se envolvem no trabalho de apoio e atendimento a estudantes com necessidades especiais.**

Além dessa equipe que, na maioria dos campi é pequena - alguns campi não contam sequer com equipes multidisciplinares completas - as unidades têm contado com 42 profissionais que atuam na condição de bolsistas para realizar o atendimento aos estudantes, uma solução paliativa de caráter temporário para atender a uma necessidade institucional que até o ano de 2018, encontrava-se desassistida. Contudo, esta solução verifica-se inadequada, pois os estudantes com deficiência não conseguem estabelecer uma relação de confiança com o profissional que o atende, pois, há uma nova seleção a cada ano, bem como muitas desistências ao longo do ano, devido ao vínculo frágil com a instituição.

Para além da necessidade de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais atualmente matriculados nas unidades, há a perspectiva de aumento considerável na demanda, uma vez que, no processo seletivo, já foram identificados vários casos que irão demandar esse atendimento.

Como o ingresso por meio da cota para PcD é garantido pela Lei 12.711 de 2012, bem como pela Resolução 102/2013 IFSULDEMINAS, existe a certeza de que esses indivíduos irão ingressar na instituição e, para que seu percurso escolar seja efetivo e bem sucedido, precisarão do atendimento de profissionais capacitados.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria de Ações Inclusivas	Camila Pereira Santos
Diretoria de Assuntos Estudantis	Lindolfo Ribeiro da Silva Júnior

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. Execução dos serviços na frequência, quantidade e qualidade contratadas;
2. Disponibilizar profissionais experientes e com o perfil exigido:

**O Professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE:** Para candidatar-se às vagas será exigida formação em: Graduação em Licenciatura em Educação Especial ou outra licenciatura acrescida de formação específica em Educação Especial.

**Profissional de Apoio Educacional Especializado:** Para candidatar-se às vagas será exigida formação em: Graduação em Licenciatura em Educação Especial ou outra licenciatura acrescida de formação específica em Educação Especial.

Dependendo das especificidades apresentadas pelos discentes matriculados nos diversos campi da instituição, poderão ser incluídas a exigência de especialização, conforme descrito nos editais específicos.

**O trabalho do Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do Profissional de Apoio ao Educacional Especializado, compreende o apoio**

**pedagógico ao processo de escolarização dos discentes que compõem o público-alvo da Educação Especial. Esse apoio pressupõe uma ação integrada com o professor regente de cada disciplina, visando favorecer o acesso do estudante ao currículo e à comunicação, por meio de adequação de material didático-pedagógico, utilização de estratégias de ensino e recursos tecnológicos.**

3. Pagamento tempestivo de todos os direitos trabalhistas, previdenciários e outros dos profissionais alocados na execução contratual;

4. Notificação direta aos profissionais, pelo IFSULDEMINAS, para a execução das tarefas previamente descritas no contrato de prestação de serviços para todos os serviços ora planejados, tendo em vista a natureza dos serviços que envolvem atendimento direto ao usuário;

5. Prestação de garantia contratual, nas condições que vierem a ser estabelecidas no instrumento convocatório;

6. Não exigência de preposto no local da execução dos serviços. A empresa contratada deverá, no momento de início dos serviços, indicar o preposto que irá representá-la durante a execução do contrato.

7. Exclusão dos custos não renováveis, como condição para renovação do contrato, incluindo dentre esses custos os relativos ao aviso prévio.

8. Glosa de valores decorrentes de ausências dos profissionais quando não for alocado o substituto.

10. Os serviços planejados possuem natureza continuada, tendo em vista serem aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da entidade. Sua interrupção comprometeria a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

12. O IFSULDEMINAS considera adequada a identificação das categorias profissionais com base nos Códigos Brasileiros de Ocupações abaixo indicados. No entanto, cabe exclusivamente à empresa licitante contratada o adequado registro nas carteiras de trabalho, para todos os fins e efeitos: CBO: 2392-15.

**13. São atribuições específicas dos profissionais de Atendimento Educacional Especializado e de Apoio ao Educacional Especializado, respectivamente:**

**a. Professor de Atendimento Educacional Especializado:**

**Consoante as diretrizes da própria Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação - MEC, conforme disposto abaixo:**

**O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou**

em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação. (BRASIL, 2001).

**Compreende-se que como cabível aos profissionais de Atendimento Educacional Especializado, as ações abaixo:**

- Atuar de forma articulada com os Profissionais do estudante público-alvo da educação especial, da sala de aula comum e com os profissionais que compõem as equipes multidisciplinares, no contexto da escola.
- Atuar de forma colaborativa com o professor regente da classe comum, de cada disciplina, para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do estudante com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo.
- Articular e contribuir para a promoção de condições para a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais em todas as atividades curriculares e extracurriculares.
- Estabelecer diálogo com as famílias, envolvendo-as no processo educacional. Orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos estudantes na sala de aula.
- Indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família, na comunidade e na sala de aula.
- Adaptar material pedagógico em parceria com o docente responsável pela disciplina, sempre que necessário, com objetivo de proporcionar o aprendizado do uso do recurso de comunicação.
- Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola.
- Identificar o melhor recurso de tecnologia assistiva que atenda as necessidades dos estudantes, de acordo com sua habilidade física e sensorial atual, e promova sua aprendizagem por meio da informática acessível.
- Produzir e/ou adaptar materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos estudantes e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo.
- Ampliar o repertório comunicativo do estudante, por meio das atividades curriculares e de vida diária.
- Acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas da pessoa assistida durante a permanência na escola.
- Elaborar, desenvolver e registrar todas as etapas do projeto “Atendimento Educacional Especializado”, junto aos Profissionais e Familiares, em diferentes momentos da ação educativa, considerando os interesses e as necessidades de aprendizagem dos estudantes.
- Propor a reorganização dos tempos e dos espaços, em diferentes horários e ambientes educativos, de modo a favorecer a ação educativa, a integração dos grupos e o atendimento às especificidades dos estudantes.
- Participar do estudo, análise e elaboração das propostas para a intervenção pedagógica necessária, em conjunto com a equipe pedagógica, NAPNE e com o coletivo de Profissionais.
- Organizar uma proposta semanal de trabalho, estabelecendo horários de atendimento aos estudantes e às suas famílias para acompanhamento, apoio e orientação.
- Estimular e controlar a frequência dos estudantes em horários especiais e, quando de suas ausências, solicitar justificativa dos pais ou responsáveis.
- Analisar, discutir e sistematizar as ações como constitutivas da prática educativa;
- Elaborar formas sistemáticas de registro e acompanhamento da prática educativa;
- Promover uma avaliação sistemática e continuada do Processo de Atendimento Especializado dos estudantes atendidos.
- Estimular a frequência e a participação dos estudantes nas atividades propostas no AEE.
- Utilizar os diferentes recursos e espaços disponíveis na Unidade Escolar.
- Integrar os pais e responsáveis no trabalho desenvolvido no AEE, buscando participação e colaboração na frequência e acompanhamento das atividades dos estudantes atendidos.
- Propor estratégias que favoreçam aos estudantes a oportunidade de construção de habilidades básicas, facilitando o desenvolvimento cognitivo, através da identificação dos possíveis problemas e barreiras pedagógicas, através de registros individualizados de avaliações realizadas durante os atendimentos, proporcionando ao estudante a apropriação de um ambiente de aprendizagem rico, aprimorando as habilidades naturais de cada estudante.
- Desenvolver suas atividades acompanhado pelo NAPNE, DDE, CEN e Coordenadores de curso.

## **b. Profissional de Apoio Educacional Especializado: Profissional de Apoio Educacional Especializado:**

**Da mesma forma, o inciso XIII do 3o artigo do Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015, especifica sobre o Profissional de Apoio Escolar:**

**[...] pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas [...]. (BRASIL, 2015).**

**Diante do que se define como atribuições a serem desempenhadas no IFSULDEMINAS pelo Profissional de Apoio Especializado:**

- Prestar serviços de apoio ao estudante com deficiência nos dias e horários letivos, nos períodos manhã, tarde e noite, de acordo com o turno de frequência dos estudantes, atendendo às especificidades de cada um.
- Prestar apoio à inclusão pedagógica do estudante com deficiência, através de acompanhamento individualizado realizado em todas as atividades escolares intra e extra classe, de acordo com as necessidades do estudante.
- Atuar junto à unidade escolar, atendendo aos estudantes com deficiência (preferencialmente na proporção de 1 profissional de apoio escolar para cada 3 estudantes), cabendo à instituição:
  - a. disponibilizar, conforme número de estudantes com deficiência, preferencialmente a proporção de 1 (um) Profissional de apoio escolar para cada 3 (três) estudantes, observando faixa etária, sexo (preferencialmente estudantes do sexo masculino serão auxiliados por profissional de apoio escolar do sexo masculino e os do sexo feminino, por profissional de apoio escolar do sexo feminino), tipo e grau de dependência, turnos de aula.
- Garantir o acesso e o deslocamento em todo o ambiente escolar, ficar de prontidão para executar, no momento próprio, para o estudante, as funções de oferecer o lanche, higiene bucal, acompanhar para o uso do sanitário, realizar a higiene íntima, troca de vestuário e/ou fraldas, se necessário;
- Executar, com segurança, as manobras posturais, de transferência e de locomoção, conforme conhecimentos necessários ao desempenho da função, de acordo com a necessidade do estudante;
- Deslocar e movimentar corretamente e com segurança o estudante, para a realização das atividades escolares, externas à sala de aula, dentro dos limites da escola, conforme conhecimentos necessários ao desempenho da função;
- Acompanhar o estudante, no horário do intervalo, até o local apropriado, como pátio, cantina ou refeitório e auxiliá-lo durante a alimentação e após, em sua higiene. Ao final do intervalo, auxiliá-lo no retorno à sala de aula, conforme conhecimentos necessários ao desempenho da função;
- Utilizar e realizar a manutenção dos equipamentos e utensílios habitualmente utilizados pelo estudante para alimentação e higiene;
- Zelar pela higiene e manutenção dos materiais de procedimentos específicos para o asseio do estudante;
- Zelar pelo desempenho dos serviços, de forma que não se coloque em risco a saúde e o bem-estar, de acordo com a particularidade e necessidade de cada estudante;
- Comunicar aos responsáveis da unidade escolar, sempre que necessário, as ocorrências relacionadas ao estudante;
- Reconhecer as situações que necessitem de intervenção externa ao âmbito escolar tais como o socorro médico, as quais deverão seguir os procedimentos já previstos e realizados na unidade escolar quando necessário;
- Comunicar antecipadamente ausências e possíveis faltas ao Supervisor da contratada para providências de substituição;
- Ministras via oral e com autorização dos pais/responsáveis pelo estudante, quando necessário, medicamentos, salvo nas hipóteses em que tal atividade seja privativa de enfermeiro, de acordo com a regulamentação expedida pelos órgãos competentes. O auxílio na administração de medicamentos somente deverá ser realizado mediante apresentação de receita médica. Todo medicamento será

fornecido diariamente pela família e caberá ao profissional de apoio escolar controlar a guarda, horário e ingestão dos medicamentos.

14. Regime de dedicação exclusiva de mão de obra: A contratação dos serviços será em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, sendo exigido quanto à forma de prestação dos serviços que:

- a. Os empregados da Contratada fiquem à disposição nas dependências do Contratante para a prestação dos serviços. Durante o período de atividades não presenciais, devido à pandemia do Covid-19, o contratante poderá autorizar o trabalho remoto do profissional caso não represente prejuízo ao atendimento do(s) discente(s).
- b. A Contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e
- c. A Contratada possibilite a fiscalização pela Contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

15. Caso sejam necessários, os recursos tecnológicos para o atendimento aos discentes serão fornecidos pelo IFSULDEMINAS nas suas instalações. No caso de trabalho remoto, o contratante poderá decidir por ceder ao profissional terceirizado equipamentos de informática estritamente necessários ao atendimento do(s) discente(s), sendo preferível que o profissional utilize recursos próprios. Em todos os casos, a empresa não estará obrigada a disponibilizar equipamentos ou internet ao profissional sem que primeiro haja inclusão dos custos decorrentes por meio de aditivo contratual.

16. A empresa licitante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

17. Deverá ser nomeado um fiscal de contrato em cada campus.

18. Contratação em quantitativo variável com possível remanejamento de postos para cada campus do IFSULDEMINAS, de acordo com a demanda do campus, de acordo com as matrículas dos estudantes com necessidades especiais, respeitando o limite fixado em contrato para acréscimo ou exclusão de postos de trabalho.

## **5. Levantamento de Mercado**

### **1. Aproveitamento da força de trabalho atual para atender o volume do trabalho:**

**Essa solução refere-se à utilização de profissionais já existentes no quadro de pessoal das unidades do IFSULDEMINAS para o atendimento das necessidades apontadas neste estudo preliminar, inclusive quanto à possibilidade de movimentação entre as unidades. Ao que tudo indica, essa alternativa é inviável**

porque o quadro de pessoal do IFSULDEMINAS não dispõe dos profissionais com os conhecimentos técnicos e cargos efetivamente compatíveis com o atendimento necessário.

## **2. Contratação direta de servidores temporários para atender a demanda com base na Lei no 8.745, de 1993:**

Este, possivelmente, seria o melhor dos cenários para a Instituição, no entanto, a Nota Técnica nº 14/2021/CGDP/DDR/SETEC /SETEC (juntada ao processo através do documento OFÍCIO-CIRCULAR Nº 13/2021/GAB/SETEC/SETEC-MEC), assinada pela Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Pessoas da Rede Federal e pelo Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de EPT, trouxe a seguinte diretriz:

2.25. Considerando as orientações, os esclarecimentos e os entendimentos acima expostos, tem-se que, para contratação de profissionais especializados para atendimento a pessoas com deficiência matriculadas regularmente em cursos técnicos de nível médio e em cursos de nível superior nas instituições federais de ensino, deverá ser utilizada, preferencialmente, a modalidade contratual de execução indireta de que trata o Decreto no 9.507, de 2018, e a Portaria no 443, de 2018, tendo em vista que a contratação temporária de que trata o inciso XII do art. 2o da Lei no 8.745, de 1993, é de caráter subsidiário, sendo viável apenas em caso de demonstração de que os serviços que justificam a realização da contratação temporária não podem ser prestados por meio da execução indireta ora mencionada.

Não obstante a Nota Técnica nº 14/2021/CGDP/DDR/SETEC /SETEC, a solicitação para atendimento da demanda foi formalizada pelo IFSULDEMINAS em trabalho conjunto da Diretoria de Assuntos Estudantis e da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas junto ao MEC, de acordo com o processo eletrônico 23343.003629.2021-69. Contudo, há ciência de que a espera pelo retorno acerca da demanda pode arrastar-se por longo prazo e a ausência de garantias de que a solicitação seja atendida não permite que esta seja uma opção viável para atendimento dos estudantes com necessidades educacionais específicas que, uma vez matriculados nos cursos do IFSULDEMINAS, devem ter acesso imediato aos serviços de Atendimento Educacional Especializado garantidos pela legislação atual.

## **3. Execução Indireta: Contratação de Professores de atendimento educacional especializado - AEE e de Profissionais de Apoio.**

Este tipo de contratação engloba a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento da mão de obra exclusiva para apoio aos discentes que possuem necessidade de acompanhamento diário em decorrência de alguma necessidade especial. A contratação de profissional possibilita o atendimento conforme exigido na legislação educacional específica. A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se como alternativa para atender também a sazonalidade e imprevisibilidade da demanda, pois dado o público-alvo do serviço, podem ocorrer eventuais evasões ao longo do processo de contratação ou nem ocorrer a demanda.

**Os dados referentes a esta opção constam no processo 23343.003842.2021-71.**

4. Contratação de bolsistas de Atendimento Educacional Especializado mediada por Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão, Pesquisa, Ensino Profissionalizante e Tecnológico:

Realizada entre os anos de 2018 e 2019, esta contratação idealizada enquanto paliativo de caráter temporário, tem como fundamento a contratação de fundação de apoio para administração de edital para a contratação de profissionais sob a condição de bolsistas, para que exerçam as funções do Atendimento Educacional Especializado, prestando apoio aos estudantes com necessidades educacionais específicas, mediante às regras da Resolução N° 109/2018, substituída pela Resolução N° 87/2020, e ao disposto no Decreto 7.234/2010, em especial o Art. 3º, inciso 1º, alínea X.

O profissional bolsista cumpre carga horária de, no máximo, 20 (vinte) horas semanais, em jornadas de 04 (quatro) horas diárias, em períodos definidos pelo campus e de acordo com a necessidade dos estudantes, atuando nos turnos matutino, vespertino ou noturno. Os pagamentos são efetuados por meio de Bolsas de Fomento Institucional (BFI). O valor das bolsas tem como fundamento a carga horária trabalhada, conforme previsto na Portaria MEC 58/2015.

Define-se atualmente como parâmetro para o pagamento das bolsas os valores descritos na tabela abaixo, estipulados em conformidade com o disposto na Resolução N° 87/2020 que dispõe sobre a criação do Programa Institucional de Bolsas do IFSULDEMINAS (PIBO – IFSULDEMINAS), em seu *ANEXO I: Tabela de Equivalência de valores das bolsas do IFSULDEMINAS em relação às modalidades do CNPq*, observada a peculiaridade das atividades que encaixam-se na tabela 1, referente à jornada de 20h semanais, na Modalidade Colaborador Externo - Apoio Técnico de Nível Superior para as atividades de Apoio Educacional Especializado e Atendimento Educacional Especializado, cujos respectivos valores encontram-se apontados a seguir.

Atividade	Valor da Bolsa	Valor por hora
Atendimento Educacional Especializado	R\$ 1.100,00	R\$ 12,50
Apoio Educacional Especializado	R\$ 1.100,00	R\$ 12,50

5. Contratação direta de bolsistas de Atendimento Educacional Especializado por meio de edital aberto publicado pela PROEN:

Essa é a forma de contratação apresenta menor valor, contudo, a experiência prática que se tem, até o momento, é de que a contratação de bolsistas para esse atendimento reforça a desvalorização do trabalho e remunera abaixo dos parâmetros do mercado. A contratação dos bolsistas obedece aos mesmos critérios citados na solução anterior, porém, é realizada de forma direta, por meio de Edital aberto publicado no início do ano pela PROEN, representando um



custo ainda mais baixo, devido à ausência dos valores exigidos pela fundação de apoio para administração do edital.

Esta solução, apesar da sua pertinência e aproveitamento nos anos de 2020 e 2021, apresenta a fragilidades a ausência de garantias dos direitos trabalhistas dos profissionais atuantes e os percalços apontados nos relatos dos supervisores e estudantes acompanhados nos campi, visto que os profissionais são trocados a cada ano e o trabalho de acompanhamento de estudantes que necessitam estabelecer uma relação mais próxima com o seu profissional de AEE resulta prejudicado, pois a cada ano representa um recomeço, o que demanda um novo período de adaptação, interrompendo o fluxo do trabalho realizado no ano anterior.

Dados referentes à contratação de bolsistas no ano de 2021 constam no processo 23343.003651.2020-28.

## 6. Tabela de referência:

Forma de contratação	Preço	Prós	Contras	Riscos
Aproveitamento da força de trabalho atual para atender o volume do trabalho	0	Sem custos adicionais para instituição	Não há profissionais aptos aos atendimentos	Nenhum
<b>Contratação direta de servidores temporários para atender a demanda com base na Lei no 8.745, de 1993</b>	Alto	Alternativa correta legalmente; valorização do trabalho, continuidade, vínculo adequado entre instituição e profissional	Não existe código de vaga disponível	Nenhum
<b>Execução Indireta: Contratação de Professores de atendimento educacional especializado - AEE e de Profissionais de Apoio</b>	Alto	Valorização do trabalho, continuidade, vínculo adequado entre instituição e profissional	O valor é mais alto do que se espera e demanda processo licitatório extremamente burocrático	Eventual questionamento a respeito da adequação da terceirização
Contratação direta de bolsistas de Atendimento Educacional Especializado por meio de edital aberto publicado pela PROEN	Baixo	Contratação facilitada, menor preço, maior controle do processo seletivo e intenso acompanhamento do trabalho desenvolvido	Denominação inadequada de bolsa, sobrecarga dos servidores que acompanham o trabalho, desvalorização e precarização da profissão	ALTO risco de responsabilização trabalhista, administrativa e cível da Instituição e dos gestores envolvidos
			Denominação inadequada de bolsa,	

Contratação de bolsistas de Atendimento Educacional Especializado mediada por Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão, Pesquisa, Ensino Profissionalizante e Tecnológico	Médio	Contratação facilitada, menor preço, menos trabalho para os envolvidos	desvalorização e vulgarização da profissão, fere a dignidade humana (o bolsista tem TODOS os deveres trabalhistas e NENHUM direito trabalhista), descontrole total da Instituição a respeito da seleção e do desenvolvimento das atividades dos bolsistas, pagar a fundação para fazer um trabalho que poderia ser feito por servidores	ALTO risco de responsabilização trabalhista, administrativa e cível da Instituição, da fundação e dos gestores envolvidos. Questionamentos a respeito da idoneidade e imparcialidade da fundação. Risco de não atender à demanda por não ter acompanhamento próximo dos servidores.
---	-------	--	---	---

## 7. Conclusão:

**Diante da análise das soluções potenciais percebidas, recomendamos a adoção da solução de terceirização visto ter resultados mais ágeis em relação à contratação com base na Lei nº 8.745, de 1993 e também por ser possível afirmar que as outras soluções não são viáveis, por enquanto. No entanto, deverão ser providenciadas comunicações para apontar essas possíveis soluções para decisão das autoridades competentes.**

Não se aplicam critérios de sustentabilidade à contratação dos profissionais.

## 6. Descrição da solução como um todo

Este tipo de contratação engloba a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento da mão de obra exclusiva para apoio aos discentes que possuem necessidade de acompanhamento diário em decorrência de alguma necessidade especial. A contratação de profissional possibilita o atendimento conforme exigido na legislação educacional específica. A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se como alternativa para atender também a sazonalidade e imprevisibilidade da demanda, pois dado o público-alvo do serviço, podem ocorrer eventuais evasões ao longo do processo de contratação ou nem ocorrer a demanda.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Campus	Professores AEE	Profissional de Apoio
--------	-----------------	-----------------------

Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação - MEC - Resolução 2/2001 CNE /CEBE

Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades

[...] pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se

específicas. O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação. (BRASIL, 2001).	fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas [...]. (BRASIL, 2015).
---	---

	40h	20h	40h
<b>Inconfidentes</b>	2	0	1
<b>Machado</b>	2	1*	1
<b>Muzambinho</b>	2	0	1
<b>Passos</b>	2	0	1
<b>Poços de Caldas*</b>	2	0	1
<b>Pouso Alegre</b>	2	0	1
<b>Três Corações</b>	2	0	0
<b>Carmo de Minas</b>	2	0	0

\* Com possibilidade de trabalho noturno das 19 às 22:30

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.774.629,44

Após a conclusão a respeito da solução a ser empreendida, foi realizada pesquisa de mercado para obtenção dos valores salariais praticados na rede privada de educação para os profissionais a serem contratados.

Após a consulta, via e-mail, a 23 (vinte e três) instituições de ensino privadas da região (foram selecionadas instituições alocadas nas cidades nas quais estão os campi do IFSULDEMINAS, ou, na ausência, instituições das cidades mais próximas), foram obtidos os seguintes resultados:

Assim, verificou-se que a contratação do Professor de Atendimento Educacional Especializado e do Profissional de Apoio na rede privada, na qual buscou-se a prática de valores salariais, é inexistente. Portanto, a pesquisa de mercado resultou ineficaz para o propósito pretendido, demandando assim, novas soluções para determinação do valor de mercado devido aos profissionais.

Ainda, na definição do valor do salário, buscaram-se parâmetros por meio de convenções coletivas ou associações de classe dos profissionais de atendimento especializado, tarefa que não apresentou resultados positivos, uma vez que não existe convenção coletiva específica para esses profissionais, que se agrupam na condição de docentes, na sua maioria.

Dessa forma, a definição do salário a ser pago para os profissionais contratados por meio da terceirização precisou ser realizada a partir da média salarial percebida pelos docentes, realizando-se pesquisa nos municípios em que estão inseridos os campi do IFSULDEMINAS. Para tanto, pesquisou-se o salário dos professores da educação básica contratados no âmbito municipal.

Para a composição de uma média salarial foram considerados também os valores salariais pagos aos docentes no contexto do Estado de Minas Gerais e também no âmbito do Governo Federal.

Com esses valores, foi construída a tabela abaixo:

**TABELA 3 - Valores de salário e cálculo do valor hora/aula.**

Campus	Convenção Coletiva Sinpro	Piso Salarial Estado de Minas Gerais	Portaria MEC - Piso Magistério - Lei 11.738/2008	Piso Salarial por Município - Salário Base	Carga Horária Prevista	Valor por Hora Aula	Valor Transporte Público Municipal	Valor do Auxílio Alimentação	Total por Profissional 40h	Total por Profissional 20h
	Valor definido por Hora Aula	Valor definido por Hora Aula	Valor definido por Hora Aula	Valor Médio Salário (Calculado sobre 40h)		Valor Médio Hora Aula		A alimentação será ofertada pelos próprios campi, nos restaurantes estudantis, sendo facultado aos profissionais contratados em regime de 40h semanais fazer uma refeição diária (almoço) sem custo para o profissional.		
	R\$ 23,13	R\$ 17,80	R\$ 14,43							
	Carga Horária	Carga Horária	Carga Horária	R\$ 3.211,22		R\$ 15,99				
	40	24	40							
Inconfidentes	Valor do Salário (Cons. 40h)	Valor do Salário (Cons. 24h)	Valor do Salário (Cons. 40h)	R\$ 1.918,45	30	R\$ 12,79	X-X-X			
Machado				R\$ 2.543,41	40	R\$ 12,72	R\$ 3,25			
Muzambinho				R\$ 2.802,54	40	R\$ 14,01	X-X-X			
Passos				R\$ 2.401,36	24	R\$ 20,01	R\$ 3,30			
Poços de Caldas	R\$ 4.626,00	R\$ 2.135,64	R\$ 2.886,24	R\$ 2.858,00	40	R\$ 14,29	R\$ 4,75			
Pouso Alegre				R\$ 2.536,80	24	R\$ 21,14	R\$ 3,80			
Três Corações				R\$ 2.076,30	24	R\$ 10,38	R\$ 3,00			
Carmo de Minas				R\$ 2.273,51	30	R\$ 15,16	X-X-X			
MÉDIA SALARIAL									R\$ 3.197,40	R\$ 1.598,70

TABELA 4 - Valores de salário e cálculo do valor hora/aula.

Campus	Convenção Coletiva Sinpro	Piso Salarial Estado de Minas Gerais	Portaria MEC - Piso do Magistério (Lei 11.738/2008)	Piso Salarial por Município - Salário Base	Carga Horária Prevista	Valor por Hora Aula	Valor Transporte Público Municipal	Valor do Auxílio Alimentação	Total por Profissional 40h	Total por Profissional 20h
	Valor definido por Hora Aula	Valor definido por Hora Aula	Valor definido por Hora Aula	Valor Médio Salário (Calculado sobre 40h)		Valor Médio Hora Aula		A alimentação será ofertada pelos próprios campi, nos restaurantes estudantis, sendo facultado aos profissionais contratados em regime de 40h semanais fazer uma refeição diária (almoço) sem custo para o profissional.		
	R\$ 23,13	R\$ 17,80	R\$ 14,43							
	Carga Horária	Carga Horária	Carga Horária	R\$ 2.789,40		R\$ 13,95				
	40	24	40							
Inconfidentes	Valor do Salário (Cons. 40h)	Valor do Salário (Cons. 24h)	Valor do Salário (Cons. 40h)	R\$ 1.918,45	30	R\$ 12,79	X-X-X			
Machado				R\$ 2.543,41	40	R\$ 12,72	R\$ 3,25			
Muzambinho				R\$ 2.802,54	40	R\$ 14,01	X-X-X			
Passos				R\$ 2.401,36	24	R\$ 20,01	R\$ 3,30			
Poços de Caldas	R\$ 4.626,00	R\$ 2.135,64	R\$ 2.886,24	R\$ 2.858,00	40	R\$ 14,29	R\$ 4,75			
Pouso Alegre				R\$ 2.536,80	24	R\$ 21,14	R\$ 3,80			
Três Corações				R\$ 2.076,30	24	R\$ 10,38	R\$ 3,00			
Carmo de Minas				R\$ 2.273,51	30	R\$ 15,16	X-X-X			
MÉDIA SALARIAL									R\$ 2.789,40	R\$ 1.394,70

Para fins de definição dos valores, devem ser considerados dois cenários possíveis:

1) O primeiro cenário observa todos os valores de hora/aula definidos de acordo com o praticado em todas as instâncias (municipal, estadual e a legislação federal que institui o piso do magistério). Nesse cenário, que pode ser verificado na **TABELA 3**, o valor médio da hora/aula ficou definido em R\$ 15,99, restando o valor salarial definido conforme demonstrado abaixo:

CARGA HORÁRIA	VALOR DO SALÁRIO
40h	R\$ 3.197,40
20h	R\$ 1.598,70

2) O segundo cenário desconsidera os valores de hora/aula acima de R\$ 20,00, quais sejam:

**R\$ 20,01**- Referente à remuneração no município de Passos;

**RS 21,14**- Referente à remuneração no município de Pouso Alegre

**R\$ 23,13**- Referente à Convenção Coletiva do SINPRO.

Ao observar os valores de hora/aula listados acima, percebe-se que estão consideravelmente acima dos valores praticados pelos demais municípios. Apenas a título de exemplo, o menor valor desconsiderado - RS 20,01 - encontra-se 32% maior do que o valor imediatamente inferior - R\$ 15,16 - referente à remuneração no município de Carmo de Minas.

Nesse cenário, que pode ser verificado na TABELA 4, o valor médio da hora/aula ficou definido em R\$ 13,95, restando o valor salarial definido conforme demonstrado abaixo:

CARGA HORÁRIA	VALOR DO SALÁRIO
40h	R\$ 2.789,40
20h	R\$ 1.394,70

No levantamento dos valores apresentados neste documento, foram verificados documentos comprobatórios tais como os editais de concurso público realizados pelas prefeituras dos municípios e também documentos expedidos pelos referidos órgãos municipais.

Para composição dos benefícios que deverão ser concedidos aos profissionais terceirizados, ficou definido que esses farão jus ao recebimento de vale transporte, cujos valores encontram-se estipulados abaixo, de acordo com o levantamento realizado com respeito ao custo do transporte público municipal.

**TABELA 5 - Valores da passagem para transporte público**

MUNICÍPIO	VALOR DO TICKET	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
Inconfidentes	Não possui	Em razão do número de habitantes, o município não possui linha de ônibus circular urbano.
Machado	R\$ 3,25	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
Muzambinho	Gratuito	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
Passos	R\$ 3,30	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
Poços de Caldas	R\$ 4,75	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
Pouso Alegre	R\$ 3,80	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
Carmo de Minas	Não possui	Em razão do número de habitantes, o município não possui linha de ônibus circular urbano.

Três Corações	R\$ 4,15	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
---------------	----------	-----------------------------

Com relação ao auxílio alimentação, considerando que os campi oferecem refeições aos estudantes, decidiu-se que, para os profissionais que realizarem jornada de trabalho semanal de 40h, com jornada diária de 8h, será disponibilizada alimentação gratuita nos restaurantes do campus, a qual será custeada pela própria unidade.

Quanto à disponibilização de seguro pessoal para os profissionais, tendo em vista o disposto na Lei nº 18.682, de 28 de dezembro de 2009, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, adotou-se como base os valores praticados por outros seguros no Estado de Minas Gerais, sendo:

**TABELA 6 - Valores para seguro dos profissionais**

SITUAÇÃO/SINISTRO	VALOR DO BENEFÍCIO
Morte Natural	R\$ 15.000,00
Morte Acidental	R\$ 15.000,00
Invalidez Permanente Total por Acidente	R\$ 15.000,00
Invalidez Permanente Parcial por Acidente	R\$ 10.000,00
Assistência Funeral Familiar	R\$ 3.000,00
<a href="https://sintibref-minas.org.br/seguro-de-vida-em-grupo#ipta">https://sintibref-minas.org.br/seguro-de-vida-em-grupo#ipta</a>	

Para comprovação das informações, foram incluídos os documentos comprobatórios referentes aos salários dos docentes municipais, aqueles referentes às tarifas de ônibus e outros documentos necessários.

MUNICÍPIO	DOCUMENTO	ACESSO
CARMO DE MINAS	Vencimentos Professores Municipais	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
INCONFIDENTES	Vencimentos Professores Municipais	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
MACHADO	Vencimentos Professores Municipais*	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>

MUZAMBINHO	Vencimentos Professores Municipais	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
PASSOS	Vencimentos Professores Municipais	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
POÇOS DE CALDAS	Vencimentos Professores Municipais	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
POUSO ALEGRE	Vencimentos Professores Municipais	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
TRÊS CORAÇÕES	Vencimentos Professores Municipais	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
Portaria MEC - Piso do Magistério (Lei 11.738/2008)		<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
		<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
Piso Salarial Estado de Minas Gerais		<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<p>* Cálculo feito conforme Lei 11.738, considerando o Piso do Magistério em 2021 (<i>mesmo de 2020, uma vez que não houve aumento</i>), disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/piso-salarial">http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/piso-salarial</a></p>		

Diante do exposto, não havendo determinação salarial específica para a categoria profissional e considerando que o trabalho realizado assemelha-se, nas suas atribuições, ao da atividade docente, optou-se pela definição salarial respectiva a essa atividade para os profissionais que serão contratados. Dado que não há uma definição salarial única para os docentes contratados no âmbito municipal, o valor definido para remuneração foi obtido por meio do cálculo da média simples dos salários verificados nos municípios, resultado que foi somado ao piso salarial do magistério do Estado de Minas Gerais e ao Piso do Magistério, conforme a Lei 11.738/2008, conforme cálculo já relatado acima, no presente documento, disponibilizado em dois cenários possíveis para a definição salarial.

Em sendo assim, esta Diretoria de Assuntos Estudantis, no exercício de suas atribuições funcionais, considerando a necessidade de prover os campi com profissionais para Atendimento Educacional Especializado; considerando a natureza da ocupação de tais profissionais; considerando as atribuições pertinentes à função; considerando a limitação do recurso financeiro destinado à efetivação da ação, conclui pela seguinte formação de custos para o exclusivo fim de contratação de serviços de terceirização de profissionais para atendimento educacional especializado a ser disponibilizado aos estudantes com necessidades educacionais específicas regularmente matriculados nos cursos ofertados pelos campi do IFSULDEMINAS.

a-) Salário contratual:

--	--	--



Valor da hora/aula	Salário considerando 40h	Salário considerando 20h
R\$ 15,16	R\$ 2.789,40	1.394,70

b-) Auxílio-transporte: de acordo com os valores das tarifas praticadas em cada município conforme Tabela 5 disponível neste documento.

c-) Seguro: de acordo com os valores disponíveis na Tabela 6, disponível neste documento.

Deste modo, segue tabela com o demonstrativo acerca do valor total da contratação, considerando o quantitativo estimado:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO	VALOR MENSAL DO SERVIÇO	VALOR TOTAL POR ITEM	VALOR GLOBAL DO GRUPO
1	Professor de Atendimento Educacional Especializado	Posto/Mês	16	R\$ 6.575,45	R\$ 1.262.486,40	
2	Profissional de Apoio Escolar (40 horas)	Posto/Mês	6	R\$ 6.575,45	R\$ 473.432,40	R\$ 1.774.629,44
3	Profissional de Apoio Escolar (20 horas)	Posto/Mês	1	R\$ 3.225,89	R\$ 38.710,68	

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução é necessário devido à variação do número de estudantes com necessidades educacionais específicas matriculados nos campi do IFSULDEMINAS, em virtude de conclusão do curso, de trancamento de matrícula, e de novos ingressantes a cada semestre.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes, pois os profissionais e serviços necessários já estão contemplados pelos postos de trabalho indicados.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação dos postos terceirizados para Professores de Atendimento Educacional Especializado e dos Profissionais está prevista no Plano Geral de Contratações - PGC 2022. O número do item no PGC é 1956.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O resultado pretendido é a prestação de serviços à sociedade e o cumprimento da legislação vigente, no que tange aos processos de inclusão das pessoas com deficiência, garantindo aos estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas o atendimento necessário para que eles possam estudar em igualdade de condições com os demais estudantes, possibilitando-lhes o oportunidades de aprendizado, formação profissional e perspectivas de maior autonomia.

Diante das demandas de atendimento aos estudantes, com possibilidade de ingresso com ações judiciais por parte dos pais /responsáveis pelos estudantes, em caso de não atendimento em suas especificidades educacionais, e também no objetivo de garantir o acesso à educação bem como a garantia de permanência e o êxito, compreendemos que a disponibilização de profissionais atende ao disposto nas legislações:

1.

O artigo 208 da Constituição Federal de 1988, no que se refere ao direito à educação, sobretudo do público alvo da educação especial;

2.

Os artigos 58 e 59 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

3.

Os artigos 8º e 18 da Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001;

4.

Os artigos 1º, 2º e 3º do Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;

5.

O Artigo 3º da Lei no 12.764 de 27 de dezembro de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

6.

O acesso garantido pela Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências;

7.

A meta (Meta 4) direcionada aos estudantes público alvo da Educação Especial estabelecida pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024, presente na Lei 13.005 de 25 de junho de 2014;

8.

O disposto nos artigos 27 e 28 na Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

9.

Decreto nº 7.234, de 19 de Julho De 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES e prevê no seu artigo 3º a possibilidade de utilização de recursos da assistência estudantil para desenvolvimento do acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação;

10.

Acórdão 770/2020-TCU-Plenário - Política Pública para Pessoas com Deficiência encaminhado às instituições mediante o Ofício-Circular Nº 97/2020/GAB/SETEC /SETEC-MEC, que recomenda que os Ministérios da Educação e da Economia envidem os esforços necessários para atendimento das demandas das instituições de ensino por esses profissionais.

### 13. Providências a serem Adotadas

- 1) Emissão da portaria de nomeação da equipe de planejamento;
- 2) Estudo Técnico Preliminar;
- 3) Ofício de oficialização da demanda;
- 3) Mapa de gerenciamento de riscos;
- 4) Pesquisa de preços e cotações no Sisreq.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há impactos ambientais, pois trata-se da contratação de serviços e não de materiais que possam causar algum dano ao meio ambiente.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade da contratação solicitada justifica-se não somente pela necessidade de atender aos estudantes com deficiência, mas também na legislação vigente, posto que há manifestação favorável do Tribunal de Contas da União quanto ao atendimento de qualidade das pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino, por meio do Acórdão 770/2020-TCU-Plenário - Política Pública para Pessoas com Deficiência encaminhado às instituições mediante o Ofício-Circular Nº 97/2020/GAB/SETEC /SETEC-MEC, que recomenda que os Ministérios da Educação e da Economia:

1.8.1. enviem esforços para dotar as instituições federais de ensino de recursos necessários e destinados de forma específica ao atendimento das finalidades almejadas pela política pública prevista na redação que foi dada pela Lei 13.409/2016 aos arts. 3º e 5º da Lei 12.711/2012, de modo que pessoas com deficiência tenham garantido não apenas o acesso às vagas, mas condições de permanência e de sucesso em seus cursos; [...].

Consideramos ainda, para justificar a viabilidade da contratação:

O disposto no artigo 208 da Constituição Federal de 1988, no que se refere ao direito à educação, sobretudo do público alvo da educação especial:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...]

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...].

O disposto nos artigos 58 e 59 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: [...]

III - Profissionais com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como Profissionais do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; [...]

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; [...].

O disposto nos artigos 8º e 18 da Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001:

Art. 8º: As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I - Profissionais das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos; [...]

IV – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

- a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;
- b) atuação de Profissionais-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;
- c) atuação de Profissionais e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente;
- d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

V – serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;

Art. 18 [...] § 2º São considerados Profissionais especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

O Decreto os artigos 1º, 2º e 3º do Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, no qual está previsto que:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; [...]

- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; [...].

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

O que consta no seu Artigo 3º da Lei no 12.764 de 27 de dezembro de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: [...]

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante; [...]

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

O acesso garantido pela Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências nos artigos 3º e 5º:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

A meta direcionada aos estudantes público alvo da Educação Especial estabelecida pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024, presente na Lei 13.005 de 25 de junho de 2014:

Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

O disposto na Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a qual define nos artigos 27 e 28 que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos; [...]

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino; [...]

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência. [...]

XI - formação e disponibilização de Profissionais para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; [...]

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas; [...]

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

## 16. Responsáveis

CAMILA PEREIRA SANTOS

Integrante Técnico

LINDOLFO RIBEIRO DA SILVA JÚNIOR

Integrante Requisitante

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP.pdf (812.84 KB)

**Anexo I - ETP.pdf**





Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais  
IFSULDEMINAS

Avenida Vicente Simões, nº 1.111, Nova Pouso Alegre, POUSO ALEGRE / MG, CEP 37553-465 - Fone: (35) 3449-6150

ETP Nº1/2022/DAE/PROEN/IFSULDEMINAS

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração, com base na Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 do Ministério da Economia, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações correlatas.

#### A. Histórico de revisões:

Data	Versão	Descrição	Autor
12/01/2022	1	Estudo Técnico Preliminar para embasar a contratação de empresa terceirizada para fornecer postos de trabalho de Professores de Atendimento Educacional Específico e Profissionais de Apoio Escolar.	Camila Pereira Santos

#### B. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

Normativos	Considerações
Lei nº 8.666/93	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Instrução Normativa nº 40/2020 do ME	Dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
Lei Complementar nº 123/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
Decreto nº 8.538/2015	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

Lei nº 12.305/2010.	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
Decreto nº 7.746/2012	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.
Lei nº 8.078/1990	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
Lei nº 10.520/2002	Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
Decreto nº 10.024/2019	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
Decreto nº 7.892/2013	Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Decreto nº 9.507/2018	Regulamenta a contratação de serviços, inclusive de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização), mediante execução indireta.
Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017	Regulamenta a contratação de serviços, mediante execução indireta, especialmente os de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização).
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2014	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
Lei nº 12.462/2011.	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.
Decreto nº 7.581/2011	Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de que trata a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Lei nº 12.546/2011	Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciáveis devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, nº 11.491, de 20 de junho 2007, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a art. 1º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, e o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que especifica; e dá outras providências.
--------------------	--

## 1. Informações Básicas e (NUP - Número Único de Processo)

O processo único será iniciado pelo Setor de Licitações do órgão.

## 2. Necessidade da Contratação (\* Preenchimento Obrigatório):

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS possui atualmente oito campi distribuídos nos municípios de Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e também dois campi avançados nos municípios de Carmo de Minas e Três Corações.

A efetivação das políticas de inclusão e a oferta de vagas reservadas para pessoas com deficiência, faz com que, a cada ano, haja crescimento significativo no número de estudantes, com as mais variadas necessidades especiais, matriculados nos nossos cursos de nível técnico e superior, sendo que esse aumento de demanda fez com que chegássemos, em 2021 ao número aproximado de 114 estudantes que necessitam de Profissionais de Apoio e/ou de Profissionais de Atendimento Educacional Especializado para que possam prosseguir, com êxito, em sua caminhada acadêmica e alcançar a formação almejada.

Dentre os casos de estudantes que necessitam de apoio do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, podemos citar: estudantes com autismo, deficiência intelectual, dislexia, transtorno de déficit de atenção acompanhado ou não de hiperatividade, retardo mental moderado, distúrbios da atividade e da atenção, microcefalia, baixa visão, paralisia cerebral, deficiência auditiva, discalculia, esquizofrenia desorganizada, epilepsia, deficiência visual, síndrome de Down, síndrome de Marfan, síndrome de Asperger.

Para o atendimento desses estudantes é necessário que os campi do IFSULDEMINAS disponham de pessoal capacitado, com formação específica que lhes permita atender às demandas pedagógicas e pessoais de cada estudante, propiciando o melhor acompanhamento possível, com vistas a uma trajetória que seja proveitosa para o estudante e que auxilie no desenvolvimento de todas as suas potencialidades. Para tanto, a legislação é clara quanto aos direitos das Pessoas com Deficiência.

Atualmente, o atendimento desses 114 estudantes que demandam atendimento especializado tem sido realizado, nos campi, pelos profissionais que atuam diretamente no Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, pelos profissionais da equipe multidisciplinar (pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, tradutores/intérpretes de Libras, equipes de saúde, etc.) e por docentes que se envolvem no trabalho de apoio e atendimento a estudantes com necessidades especiais.

Além dessa equipe que, na maioria dos campi é pequena - alguns campi não contam sequer com equipes multidisciplinares completas - as unidades têm contado com 42 profissionais que atuam na condição de bolsistas para realizar o atendimento aos estudantes, uma solução paliativa de caráter temporário para atender a uma necessidade institucional que até o ano de 2018, encontrava-se desassistida. Contudo, esta solução verifica-se inadequada, pois os estudantes com deficiência não conseguem estabelecer uma relação de confiança com o profissional que o atende, pois, há uma nova seleção a cada ano, bem como muitas desistências ao longo do ano, devido ao vínculo frágil com a instituição.

Para além da necessidade de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais atualmente matriculados nas unidades, há a perspectiva de aumento considerável na demanda, uma vez que, no processo seletivo, já foram identificados vários casos que irão demandar esse atendimento.

Como o ingresso por meio da cota para PcD é garantido pela Lei 12.711 de 2012, bem como pela Resolução

102/2013 IFSULDEMINAS, existe a certeza de que esses indivíduos irão ingressar na instituição e, para que seu percurso escolar seja efetivo e bem sucedido, precisarão do atendimento de profissionais capacitados.

### 3. Dados para Contratação (Área requisitante):

Área requisitante	Responsável
Coordenação de Ações Inclusivas	Camila Pereira Santos
Diretoria de Assuntos Estudantis	Lindolfo Ribeiro da Silva Júnior

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação [Escolha da Solução, com previsão de critérios e práticas de sustentabilidade].

1. Execução dos serviços na frequência, quantidade e qualidade contratadas;
2. Disponibilizar profissionais experientes e com o perfil exigido:

**O Professor de Atendimento Educacional Especializado – AEE:** Para candidatar-se às vagas será exigida formação em: Graduação em Licenciatura em Educação Especial ou outra licenciatura acrescida de formação específica em Educação Especial.

**Profissional de Apoio Educacional Especializado:** Para candidatar-se às vagas será exigida formação em: Graduação em Licenciatura em Educação Especial ou outra licenciatura acrescida de formação específica em Educação Especial.

Dependendo das especificidades apresentadas pelos discentes matriculados nos diversos campi da instituição, poderão ser incluídas a exigência de especialização, conforme descrito nos editais específicos.

O trabalho do Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do Profissional de Apoio ao Educacional Especializado, compreende o apoio pedagógico ao processo de escolarização dos discentes que compõem o público-alvo da Educação Especial. Esse apoio pressupõe uma ação integrada com o professor regente de cada disciplina, visando favorecer o acesso do estudante ao currículo e à comunicação, por meio de adequação de material didático-pedagógico, utilização de estratégias de ensino e recursos tecnológicos.

3. Pagamento tempestivo de todos os direitos trabalhistas, previdenciários e outros dos profissionais alocados na execução contratual;
4. Notificação direta aos profissionais, pelo IFSULDEMINAS, para a execução das tarefas previamente descritas no contrato de prestação de serviços para todos os serviços ora planejados, tendo em vista a natureza dos serviços que envolvem atendimento direto ao usuário;
5. Prestação de garantia contratual, nas condições que vierem a ser estabelecidas no instrumento convocatório;
6. Não exigência de preposto no local da execução dos serviços. A empresa contratada deverá, no momento de início dos serviços, indicar o preposto que irá representá-la durante a execução do contrato.
7. Exclusão dos custos não renováveis, como condição para renovação do contrato, incluindo dentre esses custos os relativos ao aviso prévio.
8. Glosa de valores decorrentes de ausências dos profissionais quando não for alocado o substituto.
10. Os serviços planejados possuem natureza continuada, tendo em vista serem aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da entidade. Sua interrupção comprometeria a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.
12. O IFSULDEMINAS considera adequada a identificação das categorias profissionais com base nos Códigos Brasileiros de Ocupações abaixo indicados. No entanto, cabe exclusivamente à empresa licitante contratada o adequado registro nas carteiras de trabalho, para todos os fins e efeitos: CBO: 2392-15.
13. São atribuições específicas dos profissionais de Atendimento Educacional Especializado e de Apoio ao Educacional Especializado, respectivamente:

- a. Professor de Atendimento Educacional Especializado:

Consoante as diretrizes da própria Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação - MEC, conforme disposto abaixo:

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação. (BRASIL, 2001).

Compreende-se que como cabível aos profissionais de Atendimento Educacional Especializado, as ações abaixo:

- Atuar de forma articulada com os Profissionais do estudante público-alvo da educação especial, da sala de aula comum e com os profissionais que compõem as equipes multidisciplinares, no contexto da escola.
- Atuar de forma colaborativa com o professor regente da classe comum, de cada disciplina, para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do estudante com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo.
- Articular e contribuir para a promoção de condições para a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais em todas as atividades curriculares e extracurriculares.
- Estabelecer diálogo com as famílias, envolvendo-as no processo educacional. Orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos estudantes na sala de aula.
- Indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família, na comunidade e na sala de aula.
- Adaptar material pedagógico em parceria com o docente responsável pela disciplina, sempre que necessário, com objetivo de proporcionar o aprendizado do uso do recurso de comunicação.
- Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola.
- Identificar o melhor recurso de tecnologia assistiva que atenda as necessidades dos estudantes, de acordo com sua habilidade física e sensorial atual, e promova sua aprendizagem por meio da informática acessível.
- Produzir e/ou adaptar materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos estudantes e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo.
- Ampliar o repertório comunicativo do estudante, por meio das atividades curriculares e de vida diária.
- Acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas da pessoa assistida durante a permanência na escola.
- Elaborar, desenvolver e registrar todas as etapas do projeto “Atendimento Educacional Especializado”, junto aos Profissionais e Familiares, em diferentes momentos da ação educativa, considerando os interesses e as necessidades de aprendizagem dos estudantes.
- Propor a reorganização dos tempos e dos espaços, em diferentes horários e ambientes educativos, de modo a favorecer a ação educativa, a integração dos grupos e o atendimento às especificidades dos estudantes.
- Participar do estudo, análise e elaboração das propostas para a intervenção pedagógica necessária, em conjunto com a equipe pedagógica, NAPNE e com o coletivo de Profissionais.
- Organizar uma proposta semanal de trabalho, estabelecendo horários de atendimento aos estudantes e às suas famílias para acompanhamento, apoio e orientação.
- Estimular e controlar a frequência dos estudantes em horários especiais e, quando de suas ausências, solicitar justificativa dos pais ou responsáveis.
- Analisar, discutir e sistematizar as ações como constitutivas da prática educativa;
- Elaborar formas sistemáticas de registro e acompanhamento da prática educativa;
- Promover uma avaliação sistemática e continuada do Processo de Atendimento Especializado dos estudantes atendidos.
- Estimular a frequência e a participação dos estudantes nas atividades propostas no AEE.
- Utilizar os diferentes recursos e espaços disponíveis na Unidade Escolar.
- Integrar os pais e responsáveis no trabalho desenvolvido no AEE, buscando participação e colaboração na frequência e acompanhamento das atividades dos estudantes atendidos.
- Propor estratégias que favoreçam aos estudantes a oportunidade de construção de habilidades básicas,

facilitando o desenvolvimento cognitivo, através da identificação dos possíveis problemas e barreiras pedagógicas, através de registros individualizados de avaliações realizadas durante os atendimentos, proporcionando ao estudante a apropriação de um ambiente de aprendizagem rico, aprimorando as habilidades naturais de cada estudante.

- Desenvolver suas atividades acompanhado pelo NAPNE, DDE, CEN e Coordenadores de curso.

b. Profissional de Apoio Educacional Especializado: Profissional de Apoio Educacional Especializado:

Da mesma forma, o inciso XIII do 3º artigo do Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015, especifica sobre o Profissional de Apoio Escolar:

[...] pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas [...]. (BRASIL, 2015).

Diante do que se define como atribuições a serem desempenhadas no IFSULDEMINAS pelo Profissional de Apoio Especializado:

- Prestar serviços de apoio ao estudante com deficiência nos dias e horários letivos, nos períodos manhã, tarde e noite, de acordo com o turno de frequência dos estudantes, atendendo às especificidades de cada um.
- Prestar apoio à inclusão pedagógica do estudante com deficiência, através de acompanhamento individualizado realizado em todas as atividades escolares intra e extra classe, de acordo com as necessidades do estudante.
- Atuar junto à unidade escolar, atendendo aos estudantes com deficiência (preferencialmente na proporção de 1 profissional de apoio escolar para cada 3 estudantes), cabendo à instituição:
  - a. disponibilizar, conforme número de estudantes com deficiência, preferencialmente a proporção de 1 (um) Profissional de apoio escolar para cada 3 (três) estudantes, observando faixa etária, sexo (preferencialmente estudantes do sexo masculino serão auxiliados por profissional de apoio escolar do sexo masculino e os do sexo feminino, por profissional de apoio escolar do sexo feminino), tipo e grau de dependência, turnos de aula.
- Garantir o acesso e o deslocamento em todo o ambiente escolar, ficar de prontidão para executar, no momento próprio, para o estudante, as funções de oferecer o lanche, higiene bucal, acompanhar para o uso do sanitário, realizar a higiene íntima, troca de vestuário e/ou fraldas, se necessário;
- Executar, com segurança, as manobras posturais, de transferência e de locomoção, conforme conhecimentos necessários ao desempenho da função, de acordo com a necessidade do estudante;
- Deslocar e movimentar corretamente e com segurança o estudante, para a realização das atividades escolares, externas à sala de aula, dentro dos limites da escola, conforme conhecimentos necessários ao desempenho da função;
- Acompanhar o estudante, no horário do intervalo, até o local apropriado, como pátio, cantina ou refeitório e auxiliá-lo durante a alimentação e após, em sua higiene. Ao final do intervalo, auxiliá-lo no retorno à sala de aula, conforme conhecimentos necessários ao desempenho da função;
- Utilizar e realizar a manutenção dos equipamentos e utensílios habitualmente utilizados pelo estudante para alimentação e higiene;
- Zelar pela higiene e manutenção dos materiais de procedimentos específicos para o asseio do estudante;
- Zelar pelo desempenho dos serviços, de forma que não se coloque em risco a saúde e o bem-estar, de acordo com a particularidade e necessidade de cada estudante;
- Comunicar aos responsáveis da unidade escolar, sempre que necessário, as ocorrências relacionadas ao estudante;
- Reconhecer as situações que necessitem de intervenção externa ao âmbito escolar tais como o socorro médico, as quais deverão seguir os procedimentos já previstos e realizados na unidade escolar quando necessário;
- Comunicar antecipadamente ausências e possíveis faltas ao Supervisor da contratada para providências de substituição;
- Ministras via oral e com autorização dos pais/responsáveis pelo estudante, quando necessário, medicamentos, salvo nas hipóteses em que tal atividade seja privativa de enfermeiro, de acordo com a regulamentação expedida pelos órgãos competentes. O auxílio na administração de medicamentos somente deverá ser realizado mediante apresentação de receita médica. Todo medicamento será fornecido diariamente pela família e caberá ao profissional de apoio escolar controlar a guarda, horário e ingestão dos

medicamentos.

14. Regime de dedicação exclusiva de mão de obra: A contratação dos serviços será em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, sendo exigido quanto à forma de prestação dos serviços que:

- a. Os empregados da Contratada fiquem à disposição nas dependências do Contratante para a prestação dos serviços. Durante o período de atividades não presenciais, devido à pandemia do Covid-19, o contratante poderá autorizar o trabalho remoto do profissional caso não represente prejuízo ao atendimento do(s) discente(s).
- b. A Contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e
- c. A Contratada possibilite a fiscalização pela Contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

15. Caso sejam necessários, os recursos tecnológicos para o atendimento aos discentes serão fornecidos pelo IFSULDEMINAS nas suas instalações. No caso de trabalho remoto, o contratante poderá decidir por ceder ao profissional terceirizado equipamentos de informática estritamente necessários ao atendimento do(s) discente(s), sendo preferível que o profissional utilize recursos próprios. Em todos os casos, a empresa não estará obrigada a disponibilizar equipamentos ou internet ao profissional sem que primeiro haja inclusão dos custos decorrentes por meio de aditivo contratual.

16. A empresa licitante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

17. Deverá ser nomeado um fiscal de contrato em cada campus.

18. Contratação em quantitativo variável com possível remanejamento de postos para cada campus do IFSULDEMINAS, de acordo com a demanda do campus, de acordo com as matrículas dos estudantes com necessidades especiais, respeitando o limite fixado em contrato para acréscimo ou exclusão de postos de trabalho.

## **5. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar:**

1. Aproveitamento da força de trabalho atual para atender o volume do trabalho :

Essa solução refere-se à utilização de profissionais já existentes no quadro de pessoal das unidades do IFSULDEMINAS para o atendimento das necessidades apontadas neste estudo preliminar, inclusive quanto à possibilidade de movimentação entre as unidades. Ao que tudo indica, essa alternativa é inviável porque o quadro de pessoal do IFSULDEMINAS não dispõe dos profissionais com os conhecimentos técnicos e cargos efetivamente compatíveis com o atendimento necessário.

2. Contratação direta de servidores temporários para atender a demanda com base na Lei no 8.745, de 1993:

Este, possivelmente, seria o melhor dos cenários para a Instituição, no entanto, a Nota Técnica nº 14/2021/CGDP/DDR/SETEC /SETEC (juntada ao processo através do documento OFÍCIO-CIRCULAR Nº 13/2021/GAB/SETEC/SETEC-MEC), assinada pela Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Pessoas da Rede Federal e pelo Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de EPT, trouxe a seguinte diretriz:

2.25. Considerando as orientações, os esclarecimentos e os entendimentos acima expostos, tem-se que, para contratação de profissionais especializados para atendimento a pessoas com deficiência matriculadas regularmente em cursos técnicos de nível médio e em cursos de nível superior nas instituições federais de ensino, deverá ser utilizada, preferencialmente, a modalidade contratual de execução indireta de que trata o Decreto no 9.507, de 2018, e a Portaria no 443, de 2018, tendo em vista que a contratação temporária de que trata o inciso XII do art. 2º da Lei no 8.745, de 1993, é de caráter subsidiário, sendo viável apenas em caso de demonstração de que os serviços que justificam a realização da contratação temporária não podem ser prestados por meio da execução indireta ora mencionada.

Não obstante a Nota Técnica nº 14/2021/CGDP/DDR/SETEC /SETEC, a solicitação para atendimento da demanda foi formalizada pelo IFSULDEMINAS em trabalho conjunto da Diretoria de Assuntos Estudantis e da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas junto ao MEC, de acordo com o processo eletrônico [23343.003629.2021-69](#). Contudo, há ciência de que a espera pelo retorno acerca da demanda pode arrastar-se por longo prazo e a ausência de garantias de que a solicitação seja atendida não permite que esta seja uma opção viável para atendimento dos estudantes com necessidades educacionais específicas que, uma vez matriculados nos cursos do IFSULDEMINAS, devem ter acesso imediato aos serviços de Atendimento Educacional Especializado garantidos pela legislação

atual.

### 3. Execução Indireta: Contratação de Professores de atendimento educacional especializado - AEE e de Profissionais de Apoio.

Este tipo de contratação engloba a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento da mão de obra exclusiva para apoio aos discentes que possuem necessidade de acompanhamento diário em decorrência de alguma necessidade especial. A contratação de profissional possibilita o atendimento conforme exigido na legislação educacional específica. A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se como alternativa para atender também a sazonalidade e imprevisibilidade da demanda, pois dado o público-alvo do serviço, podem ocorrer eventuais evasões ao longo do processo de contratação ou nem ocorrer a demanda.

Os dados referentes a esta opção constam no processo [23343.003842.2021-71](#).

### 4. Contratação de bolsistas de Atendimento Educacional Especializado mediada por Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão, Pesquisa, Ensino Profissionalizante e Tecnológico:

Realizada entre os anos de 2018 e 2019, esta contratação idealizada enquanto paliativo de caráter temporário, tem como fundamento a contratação de fundação de apoio para administração de edital para a contratação de profissionais sob a condição de bolsistas, para que exerçam as funções do Atendimento Educacional Especializado, prestando apoio aos estudantes com necessidades educacionais específicas, mediante às regras da Resolução Nº 109/2018, substituída pela Resolução Nº 87/2020, e ao disposto no Decreto 7.234/2010, em especial o Art. 3º, inciso 1º, alínea X.

O profissional bolsista cumpre carga horária de, no máximo, 20 (vinte) horas semanais, em jornadas de 04 (quatro) horas diárias, em períodos definidos pelo campus e de acordo com a necessidade dos estudantes, atuando nos turnos matutino, vespertino ou noturno. Os pagamentos são efetuados por meio de Bolsas de Fomento Institucional (BFI). O valor das bolsas tem como fundamento a carga horária trabalhada, conforme previsto na Portaria MEC 58/2015.

Define-se atualmente como parâmetro para o pagamento das bolsas os valores descritos na tabela abaixo, estipulados em conformidade com o disposto na Resolução Nº 87/2020 que dispõe sobre a criação do Programa Institucional de Bolsas do IFSULDEMINAS (PIBO – IFSULDEMINAS), em seu *ANEXO I: Tabela de Equivalência de valores das bolsas do IFSULDEMINAS em relação às modalidades do CNPq*, observada a peculiaridade das atividades que encaixam-se na tabela 1, referente à jornada de 20h semanais, na Modalidade Colaborador Externo - Apoio Técnico de Nível Superior para as atividades de Apoio Educacional Especializado e Atendimento Educacional Especializado, cujos respectivos valores encontram-se apontados a seguir.

Atividade	Valor da Bolsa	Valor por hora
Atendimento Educacional Especializado	R\$ 1.100,00	R\$ 12,50
Apoio Educacional Especializado	R\$ 1.100,00	R\$ 12,50

### 5. Contratação direta de bolsistas de Atendimento Educacional Especializado por meio de edital aberto publicado pela PROEN:

Essa é a forma de contratação apresenta menor valor, contudo, a experiência prática que se tem, até o momento, é de que a contratação de bolsistas para esse atendimento reforça a desvalorização do trabalho e remunera abaixo dos parâmetros do mercado. A contratação dos bolsistas obedece aos mesmos critérios citados na solução anterior, porém, é realizada de forma direta, por meio de Edital aberto publicado no início do ano pela PROEN, representando um custo ainda mais baixo, devido à ausência dos valores exigidos pela fundação de apoio para administração do edital.

Esta solução, apesar da sua pertinência e aproveitamento nos anos de 2020 e 2021, apresenta a fragilidades a ausência de garantias dos direitos trabalhistas dos profissionais atuantes e os percalços apontados nos relatos dos supervisores e estudantes acompanhados nos campi, visto que os profissionais são trocados a cada ano e o trabalho de acompanhamento de estudantes que necessitam estabelecer uma relação mais próxima com o seu profissional de AEE resulta prejudicado, pois a cada ano representa um recomeço, o que demanda um novo período de adaptação, interrompendo o fluxo do trabalho realizado no ano anterior.

Dados referentes à contratação de bolsistas no ano de 2021 constam no processo [23343.003651.2020-28](#).



6. Tabela de referência:

Forma de contratação	Preço	Prós	Contras	Riscos
Aproveitamento da força de trabalho atual para atender o volume do trabalho	0	Sem custos adicionais para instituição	Não há profissionais aptos aos atendimentos	Nenhum
Contratação direta de servidores temporários para atender a demanda com base na Lei nº 8.745, de 1993	Alto	Alternativa correta legalmente; valorização do trabalho, continuidade, vínculo adequado entre instituição e profissional	Não existe código de vaga disponível	Nenhum
Execução Indireta: Contratação de Professores de atendimento educacional especializado - AEE e de Profissionais de Apoio	Alto	Valorização do trabalho, continuidade, vínculo adequado entre instituição e profissional	O valor é mais alto do que se espera e demanda processo licitatório extremamente burocrático	Eventual questionamento a respeito da adequação da terceirização
Contratação direta de bolsistas de Atendimento Educacional Especializado por meio de edital aberto publicado pela PROEN	Baixo	Contratação facilitada, menor preço, maior controle do processo seletivo e intenso acompanhamento do trabalho desenvolvido	Denominação inadequada de bolsa, sobrecarga dos servidores que acompanham o trabalho, desvalorização e precarização da profissão	ALTO risco de responsabilização trabalhista, administrativa e cível da Instituição e dos gestores envolvidos
Contratação de bolsistas de Atendimento Educacional Especializado mediada por Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão, Pesquisa, Ensino Profissionalizante e Tecnológico	Médio	Contratação facilitada, menor preço, menos trabalho para os envolvidos	Denominação inadequada de bolsa, desvalorização e vulgarização da profissão, fere a dignidade humana (o bolsista tem TODOS os deveres trabalhistas e NENHUM direito trabalhista), descontrole total da Instituição a respeito da seleção e do desenvolvimento das atividades dos bolsistas, pagar a fundação para fazer um trabalho que poderia ser feito por servidores	ALTO risco de responsabilização trabalhista, administrativa e cível da Instituição, da fundação e dos gestores envolvidos. Questionamentos a respeito da idoneidade e imparcialidade da fundação. Risco de não atender à demanda por não ter acompanhamento próximo dos servidores.

7. Conclusão:

Diante da análise das soluções potenciais percebidas, recomendamos a adoção da solução de terceirização visto ter resultados mais ágeis em relação à contratação com base na Lei nº 8.745, de 1993 e também por ser possível afirmar que as outras soluções não são viáveis, por enquanto. No entanto, deverão ser providenciadas comunicações para apontar essas possíveis soluções para decisão das autoridades competentes.

Não se aplicam critérios de sustentabilidade à contratação dos profissionais.

6. Descrição da solução como um todo [Escolha do tipo de Solução] (\* Preenchimento Obrigatório):

Este tipo de contratação engloba a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento da mão de obra exclusiva para apoio aos discentes que possuem necessidade de acompanhamento diário em decorrência de alguma

necessidade especial. A contratação de profissional possibilita o atendimento conforme exigido na legislação educacional específica. A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se como alternativa para atender também a sazonalidade e imprevisibilidade da demanda, pois dado o público-alvo do serviço, podem ocorrer eventuais evasões ao longo do processo de contratação ou nem ocorrer a demanda.

#### 7. Estimativas das quantidades a serem contratadas (\* Preenchimento Obrigatório):

Campus	Professores AEE	Profissional de Apoio	
	Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação - MEC - Resolução 2/2001 CNE/CEBE	Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015	
	O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação. (BRASIL, 2001).	[...] pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas [...]. (BRASIL, 2015).	
	40h	20h	40h
Inconfidentes	2	0	1
Machado	2	1*	1
Muzambinho	2	0	1
Passos	2	0	1
Poços de Caldas*	2	0	1
Pouso Alegre	2	0	1
Três Corações	2	0	0
Carmo de Minas	2	0	0
* Com possibilidade de trabalho noturno das 19 às 22:30			

#### 8. Estimativas Do Valor da Contratação (\* Preenchimento Obrigatório):

Após a conclusão a respeito da solução a ser empreendida, foi realizada pesquisa de mercado para obtenção dos valores salariais praticados na rede privada de educação para os profissionais a serem contratados.

Após a consulta, via e-mail, a 23 (vinte e três) instituições de ensino privadas da região (foram selecionadas instituições alocadas nas cidades nas quais estão os campi do IFSULDEMINAS, ou, na ausência, instituições das cidades mais próximas), foram obtidos os seguintes resultados:

Assim, verificou-se que a contratação do Professor de Atendimento Educacional Especializado e do Profissional de Apoio na rede privada, na qual buscou-se a prática de valores salariais, é inexistente. Portanto, a pesquisa de

mercado resultou ineficaz para o propósito pretendido, demandando assim, novas soluções para determinação do valor de mercado devido aos profissionais.

Ainda, na definição do valor do salário, buscaram-se parâmetros por meio de convenções coletivas ou associações de classe dos profissionais de atendimento especializado, tarefa que não apresentou resultados positivos, uma vez que não existe convenção coletiva específica para esses profissionais, que se agrupam na condição de docentes, na sua maioria.

Dessa forma, a definição do salário a ser pago para os profissionais contratados por meio da terceirização precisou ser realizada a partir da média salarial percebida pelos docentes, realizando-se pesquisa nos municípios em que estão inseridos os campi do IFSULDEMINAS. Para tanto, pesquisou-se o salário dos professores da educação básica contratados no âmbito municipal.

Para a composição de uma média salarial foram considerados também os valores salariais pagos aos docentes no contexto do Estado de Minas Gerais e também no âmbito do Governo Federal.

Com esses valores, foi construída a tabela abaixo:

**TABELA 3 - Valores de salário e cálculo do valor hora/aula.**

Valores de Salário e Cálculo do Valor Horário										
Campus	Convenção Coletiva Sinpro	Piso Salarial Estado de Minas Gerais	Portaria MEC - Piso Magistério - Lei 11.738/2008	Piso Salarial por Município - Salário Base	Carga Horária Prevista	Valor por Hora Aula	Valor Transporte Público Municipal	Valor do Auxílio Alimentação	Total por Profissional 40h	Total por Profissional 20h
	Valor definido por Hora Aula	Valor definido por Hora Aula	Valor definido por Hora Aula	Valor Médio Salário (Calculado sobre 40h)		Valor Médio Hora Aula		A alimentação será ofertada pelos próprios campi, nos restaurantes estudantis, sendo facultado aos profissionais contratados em regime de 40h semanais fazer uma refeição diária (almoço) sem custo para o profissional.		
	R\$ 23,13	R\$ 17,80	R\$ 14,43							
	Carga Horária	Carga Horária	Carga Horária	R\$ 3.211,22		R\$ 15,99				
	40	24	40							
Inconfidentes	Valor do Salário (Cons. 40h)	Valor do Salário (Cons. 24h)	Valor do Salário (Cons. 40h)	R\$ 1.918,45	30	R\$ 12,79	X-X-X			
Machado				R\$ 2.543,41	40	R\$ 12,72	R\$ 3,25			
Muzambinho				R\$ 2.802,54	40	R\$ 14,01	X-X-X			
Passos				R\$ 2.401,36	24	R\$ 20,01	R\$ 3,30			
Poços de Caldas	R\$ 4.626,00	R\$ 2.135,64	R\$ 2.886,24	R\$ 2.858,00	40	R\$ 14,29	R\$ 4,75		R\$ 3.197,40	R\$ 1.598,70
Pouso Alegre				R\$ 2.536,80	24	R\$ 21,14	R\$ 3,80			
Três Corações				R\$ 2.076,30	24	R\$ 10,38	R\$ 3,00			
Carmo de Minas				R\$ 2.273,51	30	R\$ 15,16	X-X-X			
MÉDIA SALARIAL									R\$ 3.197,40	R\$ 1.598,70

**TABELA 4 - Valores de salário e cálculo do valor hora/aula.**

Valores de Salário e Cálculo do Valor Horário:										
Campus	Convenção Coletiva Sinpro	Piso Salarial Estado de Minas Gerais	Portaria MEC - Piso do Magistério (Lei 11.738/2008)	Piso Salarial por Município - Salário Base	Carga Horária Prevista	Valor por Hora Aula	Valor Transporte Público Municipal	Valor do Auxílio Alimentação	Total por Profissional 40h	Total por Profissional 20h
	Valor definido por Hora Aula	Valor definido por Hora Aula	Valor definido por Hora Aula	Valor Médio Salário (Calculado sobre 40h)		Valor Médio Hora Aula		A alimentação será ofertada pelos próprios campi, nos restaurantes estudantis, sendo facultado aos profissionais contratados em regime de 40h semanais fazer uma refeição diária (almoço) sem custo para o profissional.		
	R\$ 23,13	R\$ 17,80	R\$ 14,43							
	Carga Horária	Carga Horária	Carga Horária	R\$ 2.789,40		R\$ 13,95				
	40	24	40							
Inconfidentes	Valor do Salário (Cons. 40h)	Valor do Salário (Cons. 24h)	Valor do Salário (Cons. 40h)	R\$ 1.918,45	30	R\$ 12,79	X-X-X			
Machado				R\$ 2.543,41	40	R\$ 12,72	R\$ 3,25			
Muzambinho				R\$ 2.802,54	40	R\$ 14,01	X-X-X			
Passos				R\$ 2.401,36	24	R\$ 20,01	R\$ 3,30			
Poços de Caldas	R\$ 4.626,00	R\$ 2.135,64	R\$ 2.886,24	R\$ 2.858,00	40	R\$ 14,29	R\$ 4,75			
Pouso Alegre				R\$ 2.536,80	24	R\$ 21,14	R\$ 3,80			
Três Corações				R\$ 2.076,30	24	R\$ 10,38	R\$ 3,00			
Carmo de Minas				R\$ 2.273,51	30	R\$ 15,16	X-X-X			
MÉDIA SALARIAL									R\$ 2.789,40	R\$ 1.394,70

Para fins de definição dos valores, devem ser considerados dois cenários possíveis:

1) O primeiro cenário observa todos os valores de hora/aula definidos de acordo com o praticado em todas as instâncias (municipal, estadual e a legislação federal que institui o piso do magistério). Nesse cenário, que pode ser verificado na **TABELA 3**, o valor médio da hora/aula ficou definido em R\$ 15,99, restando o valor salarial definido conforme demonstrado abaixo:

--	--

CARGA HORÁRIA	VALOR DO SALÁRIO
40h	R\$ 3.197,40
20h	R\$ 1.598,70

2) O segundo cenário desconsidera os valores de hora/aula acima de R\$ 20,00, quais sejam:

**R\$ 20,01**- Referente à remuneração no município de Passos;

**RS 21,14**- Referente à remuneração no município de Pouso Alegre

**R\$ 23,13**- Referente à Convenção Coletiva do SINPRO.

Ao observar os valores de hora/aula listados acima, percebe-se que estão consideravelmente acima dos valores praticados pelos demais municípios. Apenas a título de exemplo, o menor valor desconsiderado - R\$ 20,01 - encontra-se 32% maior do que o valor imediatamente inferior - R\$ 15,16 - referente à remuneração no município de Carmo de Minas.

Nesse cenário, que pode ser verificado na TABELA 4, o valor médio da hora/aula ficou definido em R\$ 13,95, restando o valor salarial definido conforme demonstrado abaixo:

CARGA HORÁRIA	VALOR DO SALÁRIO
40h	R\$ 2.789,40
20h	R\$ 1.394,70

No levantamento dos valores apresentados neste documento, foram verificados documentos comprobatórios tais como os editais de concurso público realizados pelas prefeituras dos municípios e também documentos expedidos pelos referidos órgãos municipais.

Para composição dos benefícios que deverão ser concedidos aos profissionais terceirizados, ficou definido que esses farão jus ao recebimento de vale transporte, cujos valores encontram-se estipulados abaixo, de acordo com o levantamento realizado com respeito ao custo do transporte público municipal.

**TABELA 5 - Valores da passagem para transporte público**

MUNICÍPIO	VALOR DO TICKET	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
Inconfidentes	Não possui	Em razão do número de habitantes, o município não possui linha de ônibus circular urbano.
Machado	R\$ 3,25	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
Muzambinho	Gratuito	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
Passos	R\$ 3,30	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
Poços de Caldas	R\$ 4,75	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>

Pouso Alegre	R\$ 3,80	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
Carmo de Minas	Não possui	Em razão do número de habitantes, o município não possui linha de ônibus circular urbano.
Três Corações	R\$ 4,15	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>

Com relação ao auxílio alimentação, considerando que os campi oferecem refeições aos estudantes, decidiu-se que, para os profissionais que realizarem jornada de trabalho semanal de 40h, com jornada diária de 8h, será disponibilizada alimentação gratuita nos restaurantes do campus, a qual será custeada pela própria unidade.

Quanto à disponibilização de seguro pessoal para os profissionais, tendo em vista o disposto na [Lei nº 18.682, de 28 de dezembro de 2009](#), da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, adotou-se como base os valores praticados por outros seguros no Estado de Minas Gerais, sendo:

**TABELA 6 - Valores para seguro dos profissionais**

SITUAÇÃO/SINISTRO	VALOR DO BENEFÍCIO
Morte Natural	R\$ 15.000,00
Morte Acidental	R\$ 15.000,00
Invalidez Permanente Total por Acidente	R\$ 15.000,00
Invalidez Permanente Parcial por Acidente	R\$ 10.000,00
Assistência Funeral Familiar	R\$ 3.000,00
<a href="https://sintibref-minas.org.br/seguro-de-vida-em-grupo#ipta">https://sintibref-minas.org.br/seguro-de-vida-em-grupo#ipta</a>	

Para comprovação das informações, foram incluídos os documentos comprobatórios referentes aos salários dos docentes municipais, aqueles referentes às tarifas de ônibus e outros documentos necessários.

MUNICÍPIO	DOCUMENTO	ACESSO
CARMO DE MINAS	Vencimentos Professores Municipais	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
INCONFIDENTES	Vencimentos Professores Municipais	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
MACHADO	Vencimentos Professores Municipais*	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
MUZAMBINHO	Vencimentos Professores Municipais	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
PASSOS	Vencimentos Professores Municipais	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
POÇOS DE CALDAS	Vencimentos Professores Municipais	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>

POUSO ALEGRE	Vencimentos Professores Municipais	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
TRÊS CORAÇÕES	Vencimentos Professores Municipais	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
Portaria MEC - Piso do Magistério (Lei 11.738/2008)		<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
		<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
Piso Salarial Estado de Minas Gerais		<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<p>* Cálculo feito conforme Lei 11.738, considerando o Piso do Magistério em 2021 ( <i>mesmo de 2020, uma vez que não houve aumento</i>), disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/piso-salarial">http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/piso-salarial</a></p>		

Diante do exposto, não havendo determinação salarial específica para a categoria profissional e considerando que o trabalho realizado assemelha-se, nas suas atribuições, ao da atividade docente, optou-se pela definição salarial respectiva a essa atividade para os profissionais que serão contratados. Dado que não há uma definição salarial única para os docentes contratados no âmbito municipal, o valor definido para remuneração foi obtido por meio do cálculo da média simples dos salários verificados nos municípios, resultado que foi somado ao piso salarial do magistério do Estado de Minas Gerais e ao Piso do Magistério, conforme a Lei 11.738/2008, conforme cálculo já relatado acima, no presente documento, disponibilizado em dois cenários possíveis para a definição salarial.

Em sendo assim, esta Diretoria de Assuntos Estudantis, no exercício de suas atribuições funcionais, considerando a necessidade de prover os campi com profissionais para Atendimento Educacional Especializado; considerando a natureza da ocupação de tais profissionais; considerando as atribuições pertinentes à função; considerando a limitação do recurso financeiro destinado à efetivação da ação, conclui pela seguinte formação de custos para o exclusivo fim de contratação de serviços de terceirização de profissionais para atendimento educacional especializado a ser disponibilizado aos estudantes com necessidades educacionais específicas regularmente matriculados nos cursos ofertados pelos campi do IFSULDEMINAS.

a-) Salário contratual:

Valor da hora/aula	Salário considerando 40h	Salário considerando 20h
R\$ 15,16	R\$ 2.789,40	1.394,70

b-) Auxílio-transporte: de acordo com os valores das tarifas praticadas em cada município conforme Tabela 5 disponível neste documento.

c-) Seguro: de acordo com os valores disponíveis na Tabela 6, disponível neste documento.

Deste modo, segue tabela com o demonstrativo acerca do valor total da contratação, considerando o quantitativo estimado:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO	VALOR MENSAL DO SERVIÇO	VALOR TOTAL POR ITEM	VALOR GLOBAL DO GRUPO
1	Professor de Atendimento Educacional Especializado	Posto/Mês	16	R\$ 6.575,45	R\$ 1.262.486,40	
	Profissional de Apoio					R\$ 1.774.629,44

2	Escolar (40 horas)	Posto/Mês	6	R\$ 6.575,45	R\$ 473.432,40
3	Profissional de Apoio Escolar (20 horas)	Posto/Mês	1	R\$ 3.225,89	R\$ 38.710,68

#### 9. Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução (\* Preenchimento Obrigatório):

O parcelamento da solução é necessário devido à variação do número de estudantes com necessidades educacionais específicas matriculados nos campi do IFSULDEMINAS, em virtude de conclusão do curso, de trancamento de matrícula, e de novos ingressantes a cada semestre.

#### 10. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes, pois os profissionais e serviços necessários já estão contemplados pelos postos de trabalho indicados.

#### 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento (\* Preenchimento Obrigatório):

A contratação dos postos terceirizados para Professores de Atendimento Educacional Especializado e dos Profissionais está prevista no Plano Geral de Contratações - PGC 2022. O número do item no PGC é 1956.

#### 12. Resultados Pretendidos (Efetividade e desenvolvimento nacional sustentável):

O resultado pretendido é a prestação de serviços à sociedade e o cumprimento da legislação vigente, no que tange aos processos de inclusão das pessoas com deficiência, garantindo aos estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas o atendimento necessário para que eles possam estudar em igualdade de condições com os demais estudantes, possibilitando-lhes oportunidades de aprendizado, formação profissional e perspectivas de maior autonomia.

Diante das demandas de atendimento aos estudantes, com possibilidade de ingresso com ações judiciais por parte dos pais/responsáveis pelos estudantes, em caso de não atendimento em suas especificidades educacionais, e também no objetivo de garantir o acesso à educação bem como a garantia de permanência e o êxito, compreendemos que a disponibilização de profissionais atende ao disposto nas legislações:

1. O artigo 208 da Constituição Federal de 1988, no que se refere ao direito à educação, sobretudo do público alvo da educação especial;
2. Os artigos 58 e 59 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
3. Os artigos 8º e 18 da Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001;
4. Os artigos 1º, 2º e 3º do Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;
5. O Artigo 3º da Lei no 12.764 de 27 de dezembro de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
6. O acesso garantido pela Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências;
7. A meta (Meta 4) direcionada aos estudantes público alvo da Educação Especial estabelecida pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024, presente na Lei 13.005 de 25 de junho de 2014;
8. O disposto nos artigos 27 e 28 na Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
9. Decreto nº 7.234, de 19 de Julho De 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES e prevê no seu artigo 3º a possibilidade de utilização de recursos da assistência estudantil para desenvolvimento do acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos

globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação;

10. Acórdão 770/2020-TCU-Plenário - Política Pública para Pessoas com Deficiência encaminhado às instituições mediante o Ofício-Circular Nº 97/2020/GAB/SETEC/SETEC-MEC, que recomenda que os Ministérios da Educação e da Economia envidem os esforços necessários para atendimento das demandas das instituições de ensino por esses profissionais.

### **13. Providências anteriores à Contratação:**

- 1) Emissão da portaria de nomeação da equipe de planejamento;
- 2) Estudo Técnico Preliminar;
- 3) Ofício de oficialização da demanda;
- 3) Mapa de gerenciamento de riscos;
- 4) Pesquisa de preços e cotações no Sisreq.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais:**

Não há impactos ambientais, pois trata-se da contratação de serviços e não de materiais que possam causar algum dano ao meio ambiente.

### **15. Declaração da Viabilidade ou Não da Contratação (\* Preenchimento Obrigatório):**

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudo Técnico Preliminar, declaramos que:

- ( X ) É viável a contratação proposta pela unidade requisitante.
- ( ) Não é viável a *contratação* proposta pela unidade requisitante.

#### **15.1 Justificativa da viabilidade (\* Preenchimento Obrigatório):**

A viabilidade da contratação solicitada justifica-se não somente pela necessidade de atender aos estudantes com deficiência, mas também na legislação vigente, posto que há manifestação favorável do Tribunal de Contas da União quanto ao atendimento de qualidade das pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino, por meio do Acórdão 770/2020-TCU-Plenário - Política Pública para Pessoas com Deficiência encaminhado às instituições mediante o Ofício-Circular Nº 97/2020/GAB/SETEC/SETEC-MEC, que recomenda que os Ministérios da Educação e da Economia:

1.8.1. envidem esforços para dotar as instituições federais de ensino de recursos necessários e destinados de forma específica ao atendimento das finalidades almejadas pela política pública prevista na redação que foi dada pela Lei 13.409/2016 aos arts. 3º e 5º da Lei 12.711/2012, de modo que pessoas com deficiência tenham garantido não apenas o acesso às vagas, mas condições de permanência e de sucesso em seus cursos; [...].

Consideramos ainda, para justificar a viabilidade da contratação:

O disposto no artigo 208 da Constituição Federal de 1988, no que se refere ao direito à educação, sobretudo do público alvo da educação especial:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...]

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...].

O disposto nos artigos 58 e 59 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional:



Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: [...]

III - Profissionais com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como Profissionais do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; [...]

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; [...].

O disposto nos artigos 8º e 18 da Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001:

Art. 8º: As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I - Profissionais das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos; [...]

IV – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

- a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;
- b) atuação de Profissionais-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;
- c) atuação de Profissionais e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente;
- d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

V – serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;

Art. 18 [...] § 2º São considerados Profissionais especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

O Decreto os artigos 1º, 2º e 3º do Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, no qual está previsto que:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; [...]

IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;

VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; [...].

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a

participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

O que consta no seu Artigo 3º da Lei no 12.764 de 27 de dezembro de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: [...]

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante; [...]

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

O acesso garantido pela Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências nos artigos 3º e 5º:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

A meta direcionada aos estudantes público alvo da Educação Especial estabelecida pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024, presente na Lei 13.005 de 25 de junho de 2014:

Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

O disposto na Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a qual define nos artigos 27 e 28 que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos; [...]

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino; [...]

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do

estudante com deficiência. [...]

XI - formação e disponibilização de Profissionais para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; [...]

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas; [...]

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

#### 16. Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar:

Certifico que sou responsável pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Técnico Preliminares:

<Local, 12 de janeiro de 2022>

Integrante Técnico

*Camila Pereira Santos*

*2161980*

(Documento assinado eletronicamente)

Integrante Requisitante

*Lindolfo Ribeiro da Silva Júnior*

*2587327*

#### 17. Do Acesso às Informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar:

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, entendemos que:

( X ) As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar deverão estar disponíveis para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

( ) As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar assumem caráter sigiloso, nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Lindolfo Ribeiro da Silva Junior**, DIRETOR - CD4 - IFSULDEMINAS - DAE, em 12/01/2022 13:14:04.
- **Camila Pereira Santos**, TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, em 12/01/2022 13:01:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/11/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 194849

Código de Autenticação: 8b51747ccd

